

Imprensa Integralista, Imprensa Militante

Rodrigo Santos de Oliveira¹

O presente artigo visa fazer uma discussão sobre a relação entre a Imprensa e a História e a estrutura de imprensa² desenvolvida pela Ação Integralista Brasileira (AIB). Não é nosso objetivo, porém apresentar um estudo completo, pois esse ainda está em andamento, e sim, discutir o tema que estamos desenvolvendo em nossa pesquisa de doutorado. Também o leitor notará que esse artigo não apresentará conclusões e sim apontamentos de alguns elementos que serão explorados ao longo da pesquisa. O presente texto será dividido em três partes: Histórico da AIB, História e Imprensa e por fim a Imprensa Integralista.

1. Histórico da AIB

A Ação Integralista Brasileira foi um movimento que surgiu após a Revolução Constitucionalista de 1932 com o Manifesto de Outubro, elaborado por Plínio Salgado. Caracterizava-se como um movimento cultural e político. Segundo alguns autores, dentre os quais se destaca Héglio Trindade, possuía muitas semelhanças com o fascismo europeu. O integralismo foi um movimento de extrema direita, que cultuava a figura do “Chefe Nacional” e pregava a centralização política nas mãos de um Estado com plenos poderes contrário a pluralidade de partidos políticos. Esse modelo de Estado forte e centralizado (Estado Integral) tinha como lema “Deus, Pátria, Família”.

¹ Doutorando em História, PUCRS.

² A definição mais simples do verbete apresenta “estrutura” como “disposição e ordem das partes de um todo”. (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975, p.589.). O evolucionista do século XIX, Herbert Spencer define, a partir de conceitos retirados da Biologia, “estrutura” como “um conjunto de partes funcionais em relação à unidade que constituem, ou seja, um conjunto de partes mutuamente dependentes”. Levando a “uma progressiva diferenciação das funções que se desenvolve contemporaneamente à das partes da Estrutura”. Além disso “as partes que a compõe são interdependentes, na medida em que é a combinação das suas ações que constitui a vida do todo, e a modificação se reflete sobre as demais”. (GOZZI, Gustavo. *Estrutura*. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco (orgs.). *Dicionário de Política*. 5ª ed. Brasília, Editora da UNB; São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 446.). Seguindo a mesma lógica, quando nos remetemos à “estrutura de imprensa” do movimento integralista, não estamos nos referindo a um jornal ou a uma revista e sim ao conjunto de mecanismos impressos utilizados para a doutrinação do militante e a difusão social do integralismo – no caso os jornais, os livros e as revistas. Pois esses mecanismos são interdependentes e possuem funções e utilizações distintas na rede de imprensa constituída pela AIB.

Contudo as origens da AIB são anteriores ao lançamento do Manifesto de Outubro. Em 1931, Plínio Salgado já utilizava uma forte arma para a difusão da sua ideologia - o jornal *A Razão*: “O próprio Salgado reconhece o papel instrumental do jornal. Através dele os artigos chamam a atenção dos intelectuais e dos dirigentes dos movimentos que rejeitam o retorno do liberalismo da Constituição de 1891”.³ Num trecho escrito por Salgado, fica clara a função de *A Razão* na gênese do futuro movimento:

Em 1931, surgiu em São Paulo um jornal que se tornou, dentro em breve, o instrumento aglutinador de brasileiros orientados por um pensamento cristão e nacionalista [...]. Dentro em pouco, estava registrada num fichário, apreciável corrente de homens ligados por algumas idéias fundamentais.⁴

O jornal foi o instrumento de difusão das idéias de Plínio Salgado e criou todas as condições para a organização dos seus adeptos, a partir da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que seria o centro de reflexão ideológica de onde surgiu o manifesto integralista de 1932 e também a futura AIB.

De acordo com Trindade, a primeira reunião realizou-se em 24 de fevereiro de 1932, por iniciativa de Salgado, na sede do jornal *A Razão* em São Paulo. Nesta reunião foram apresentados os princípios fundamentais da SEP, que foram aprovados pelos participantes da sessão. A partir desse momento, iniciavam-se as atividades da sociedade.⁵

A partir de então, Plínio Salgado começou a se articular com outras lideranças de movimentos contestadores do liberalismo e do próprio Estado varguista. Dentre eles, estão Olbiano de Mello, de Minas Gerais; João Alves dos Santos, da Bahia; Severino Sombra, do Ceará (líder da Legião Cearense do Trabalho); entre outros representantes de movimentos direitistas regionais. Além disso, como aponta Calil:

Da Sociedade de Estudos Políticos provieram lideranças como Madeira de Freitas (Chefe Provincial da AIB na Guanabara), Raymundo Padilha (Chefe Provincial do Rio), e Hélio Viana, tendo aderido posteriormente Gustavo Barroso, que ocupou a chefia do Departamento de Milícias da AIB e Miguel Reale, que assumiu a chefia do Departamento de Doutrina, e Olbiano de Mello ficou com a chefia Provincial em Minas Gerais.⁶

³ TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974, p. 124.

⁴ SALGADO citado por TRINDADE, op. cit., p. 124.

⁵ *Ibidem*.

⁶ CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 53-54.

Salgado e suas lideranças realizaram uma série de conferências, cujo público-alvo eram principalmente intelectuais, e estudantes. Nessas ocasiões, divulgavam suas idéias em locais como a Faculdade de Direito e a Academia Paulista de Letras no estado de São Paulo. O movimento em si já estava praticamente estruturado: “A última etapa do processo de formação do integralismo é a redação de um manifesto para divulgar publicamente a AIB”.⁷

Contudo o projeto acabou sendo “engavetado” por alguns meses, pois eclodiu em São Paulo a Revolução Constitucionalista, como explica Trindade: “a eminência do desencadeamento da Revolução ‘Constitucionalista’ em São Paulo obriga Salgado, por prudência ou cálculo político, a retardar a publicação do documento para uma época mais oportuna”.⁸

Após a revolta paulista, Plínio Salgado lançou o manifesto, em sete de outubro de 1932, inaugurando a Ação Integralista Brasileira, e promoveu a rearticulação dos movimentos com que havia perdido contato devido à eclosão do conflito. No Ceará, por exemplo, Hélder Câmara e Jeovah Motta incorporaram-se à AIB, mesmo sem a autorização de seu líder, Severino Sombra, que estava exilado. A AIB, dessa forma, incorporava para si a Legião Cearense do Trabalho. Plínio Salgado recebeu ainda apoio em Recife, na Bahia e no sul do Brasil:

Estas são as circunstâncias da fundação do movimento integralista, do qual Plínio Salgado tornava-se o principal líder: a AIB, a partir de outubro de 1932, transformava-se no principal partido de extrema-direita fascisante dos anos 30 em busca de poder político.⁹

Entre outubro de 1932 e o início de 1934, o movimento passou por um período de consolidação. Em fevereiro de 1934, a AIB realizou o Congresso de Vitória no estado do Espírito Santo, quando o movimento organizou a sua estrutura diretiva. Nesta ocasião, aprovaram-se os seus estatutos, estabeleceram-se as diretrizes integralistas, criou-se a milícia partidária e definiu-se a posição sobre a religião. Foram elaborados, naquele congresso, os departamentos de Doutrina, de Propaganda, de Milícia, de Cultura Artística,

⁷ TRINDADE, op. cit., p. 131

⁸ Ibid., p. 131.

⁹ Ibid., p. 133.

de Finanças e de Organização Política. Foi definido ainda, com maior precisão, o estatuto do “Chefe Nacional”.¹⁰

A partir de setembro de 1937, a AIB obteve o registro como partido político junto ao Superior Tribunal de Justiça Eleitoral.¹¹ A partir de um plebiscito interno, Plínio Salgado foi escolhido candidato do partido à presidência da República nas eleições que deveriam ocorrer naquele ano, frustradas, entretanto, pelo golpe do Estado Novo.

A AIB foi extinta como as demais agremiações políticas em dezembro de 1937. Contudo, para continuar na legalidade com a nova conjuntura estadonovista, organizou-se novamente como uma sociedade civil (como a antiga SEP), que teve a denominação de Associação Brasileira de Cultura (ABC):

Plínio Salgado assumiu a presidência da ABC, e os demais cargos foram assumidos por membros da antiga cúpula da AIB. A estrutura e a direção da nova associação permitiram que a AIB continuasse, ainda que de forma mais velada, sua campanha doutrinária. Essa campanha continuou até maio do ano seguinte, quando a AIB parece ter mudado de tática, substituindo a tática educativa pela violenta. Abandonou-se a revolução do espírito e adotou-se a revolução violenta para a tomada do poder.¹²

O atentado a Vargas no palácio da Guanabara, realizado por um pequeno grupo de integralistas em conjunto com alguns liberais, em maio de 1938, parece ter sido resultado dessa nova tática. A Intentona Integralista, como ficou conhecida, foi totalmente dominada por Vargas, que, em seguida, desencadeou intensa campanha contra o integralismo, com a prisão e exílio de alguns de seus líderes. Outros integrantes, por sua vez, foram englobados na máquina estatal do governo Vargas. Plínio Salgado foi preso e, no ano seguinte, exilou-se em Portugal, regressando ao país com o fim do Estado Novo.

2. História e Imprensa

A utilização da Imprensa como fonte de pesquisa para o ofício do historiador é um fenômeno recente dentro da Historiografia. Pode-se dizer que é um reflexo da rebelião

¹⁰ CALIL, op. cit., p. 54.

¹¹ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 18.

¹² *Ibid.*, p.19.

historiográfica contra a velha Escola Metódica. Essa “rebelião” não apenas buscou uma nova interpretação do conhecimento histórico como também novas fontes de pesquisa ao historiador. Esse novo olhar também levou o historiador a uma nova leitura das suas fontes – essas deixaram de “falar por si” – e se tornaram passíveis de interpretação.

O objeto de estudo do historiador também foi alterado: a história passou a ser vista sobre várias perspectivas, não apenas ficando restrita a acontecimentos políticos dos grupos dominantes. Assim, elementos do cotidiano social, que outrora eram relegados ao esquecimento, agora adquiriram importância. Diante desse novo paradigma, os historiadores cada vez mais recorreram a fontes que refletiam o coletivo. Desta forma conseguiam ter uma visão mais ampla do seu objeto de estudo.

Acompanhando essas transformações, a imprensa se mostrou uma importante ferramenta para o trabalho do historiador. Mas, acima de tudo, o historiador deve buscar compreender a sua fonte para melhor interpretá-la. Marialva Barbosa aponta a questão das duas “temporalidades”, ou seja, entre a imprensa que relatou o acontecimento no momento em que este aconteceu e o historiador que o reinterpreta no futuro.

Na verdade, o que aproxima o ofício do jornalista ao trabalho do historiador é o olhar com que deve focar os fatos. Não se procura a *verdade* dos fatos, mas tão somente de interpretar, para a partir de uma interpretação – onde não se nega a subjetividade de quem a realiza – tentar registrar um instante, no caso do jornalismo, ou recuperar o instante, no caso do historiador.¹³

De acordo com a autora tanto o jornalista como o historiador, realizam reinterpretações, a diferença é que o primeiro acredita estar construindo a história do presente. O segundo, acredita estar, com a sua reinterpretação do passado, entendendo o hoje.¹⁴

Ao selecionar o texto jornalístico como sua fonte de pesquisa, o historiador deve levar em conta que sua fonte não é um documento “puro e cristalino” que contenha todas as verdades. É necessário dialogar com essas fontes, fazer entrecruzamentos com outras informações e, às vezes, buscar as razões do seu silêncio ou omissão. Acima de tudo, o historiador deve manter o seu olhar crítico, pois deve ter em consideração que a

¹³ BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marcos (org.). *História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998, p. 87.

¹⁴ *Ibid.*, p. 88.

objetividade da notícia de um texto jornalístico é “vista como uma falácia, até para o mais ingênuo dos profissionais”. No momento em que seleciona, hierarquiza e prioriza esta ou aquela informação – a partir de critérios subjetivos – “o que o jornalismo está fazendo é uma seletiva reconstrução do passado¹⁵”. Por essa razão, o historiador, consciente da forma de concepção do texto jornalístico, deve manter um constante diálogo com sua fonte para poder melhor compreender o passado que quer reconstruir.

Alexandre Stephanou vai mais adiante na interpretação do texto jornalístico. De acordo com seu estudo:

A imprensa informa e forma; privilegia, dispõe e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão relegados ao esquecimento. Não registrando apenas o fato ela o cria, na medida que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos, ou por interesses econômicos e políticos.¹⁶

Por essa razão, de acordo com o autor, o historiador que se dispõe a utilizar a imprensa como fonte, deve compreender os métodos utilizados na atividade jornalística, no processo de construção desses acontecimentos. É preciso que o pesquisador veja as matérias que cercam a matéria pesquisada, analise a publicação como um todo, inclusive na disposição gráfica das notícias. “O texto é uma narrativa intencional, uma produção de sentido, não um conjunto de verdades”. Assim, o historiador, ao interpretar o conteúdo discursivo, deve considerar contingências sociais e políticas do momento específico da sua produção e a interpretação individual de quem escreve.

O jornalista procede de uma interpretação, na qual a subjetividade está sempre presente, por isso é preciso enxergar nos textos a sua carga de temporalidade. Por outro lado, opera a seleção do *relevante*, colaborando com a transformação do imediato em *perene*. É preciso ler os textos na sua complexidade, distinguindo entre o fato (o real acontecido) e a notícia (o real reconstruído).¹⁷

A historiadora Maria Helena Capelato em seu manual “Imprensa e História do Brasil”, ao parafrasear o historiador José Honório Rodrigues, já apontava essas questões, principalmente ao levar em consideração que o jornal era uma das principais fontes de

¹⁵ A autora utiliza o termo “passado” no texto original, contudo acreditamos que ela se referia ao termo “presente”.

¹⁶ STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no Regime Militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 45.

¹⁷ *Ibid.*, p. 44.

informação histórica e, por essa razão, deveria merecer atenção dos historiadores. Contudo, que deveria ser considerado um documento suspeito no tocante à sua credibilidade, pois o pesquisador deveria estar atento, visto que essa fonte não é isenta e “aconselha que se determine os interesses econômicos e políticos; que se distinga a imprensa oficial da oficiosa; que se diferencie imprensa e opinião pública”.¹⁸ Ainda para a autora:

O jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de idéias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre as sociedades, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas.¹⁹

Mas fica ao encargo do historiador interpretar esses fatos diversos. Cláudio Elmir aponta que a própria leitura do historiador deve ser diferente do indivíduo que teve acesso ao jornal no momento em que foi confeccionado, ou seja, o pesquisador deve, acima de tudo, evitar o erro de ler o jornal antigo com a mesma tranquilidade com que leria um jornal de hoje. Para isso precisa fazer uma “leitura intensiva” e essa “deve ser meticulosa, deve ser demorada, deve ser exaustiva – e muitas vezes é mesmo enfadonha”.²⁰ De acordo com Janete Espig o historiador deve ter esse cuidado porque a imprensa não informa a história, não adianta, retirar dados referentes à sua pesquisa das páginas do jornal e considerar seu trabalho concluído. “Sobre o jornal devem incidir reflexões metodológicas que possibilitem uma leitura mais competente, através da qual se possa desvendar cuidadosamente o que é importante dentro de determinado assunto”.²¹

Segundo Renée Zicman, existem dois campos que unem a História e a Imprensa. O primeiro é a “Imprensa através da História”, que engloba os trabalhos históricos que utilizam a Imprensa como fonte primária para a pesquisa Histórica. O segundo é a “História da Imprensa” que busca a reconstrução da evolução histórica dos órgãos de imprensa e levantar suas principais características para um determinado período histórico.²² Segundo a

¹⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 20.

¹⁹ *Ibid.*, p. 21.

²⁰ ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos de Estudo*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, nº 13, 1995, p. 21.

²¹ ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, vol. XXIV, nº2, 1998, p.274.

²² ZICMAN, René Barata. História a través da imprensa – algumas considerações metodológicas. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUCSP*. São Paulo: PUCSP, nº 4, 1985, p. 89.

autora a imprensa é importante para o historiador, pois “é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc.”.²³

A imprensa integralista, que discutiremos em seguida nesse artigo, foi a primeira grande organização jornalística, de cunho político no Brasil, no período republicano a ter projeção nacional. Diferente de outras publicações de organizações políticas que tinham periódicos apenas regionais, a imprensa integralista atingia quase todo o território nacional, com exceção dos estados da região Norte do país, que praticamente não eram povoados na época.²⁴ Acredita-se que o número de adeptos do movimento integralista tenha ultrapassado o número de quinhentos mil no país. Essa grande mobilização deveu-se principalmente a difusão ideológica através da estrutura de imprensa desenvolvida pela Ação Integralista Brasileira. Paradoxalmente, essa organização jornalística foi relegada ao esquecimento nos estudos que abordam a História da Imprensa no Brasil – mesmo que a imprensa integralista tivesse sido responsável pela grande inserção social do integralismo na sociedade brasileira e tivesse tido um papel decisivo na difusão da ideologia anticomunista, que foi um dos principais temas das publicações tanto da grande imprensa como da político-partidária do período entre 1932 e 1937.²⁵

Apesar da importância dessa estrutura jornalística do movimento integralista, não encontramos referências sobre ela na historiografia que estuda a imprensa. Nelson Werneck Sodré em seu clássico estudo “História da Imprensa no Brasil”²⁶ sequer menciona os

²³ Ibid., p. 90.

²⁴ Havia núcleos integralistas em todas as capitais de todas as demais regiões além da influência do movimento sempre se expandir para o interior desses estados.

²⁵ Traçando um paralelo com a imprensa do movimento operário, no mesmo período de 1932 a 1937, foram publicados apenas 13 títulos de periódicos em todo o país, sendo que não havia uma organização central que coordenasse o conteúdo desses jornais e revistas. Ou seja, cada organização operária mantinha o seu órgão sem que houvesse uma coordenação geral. Em contrapartida, na imprensa integralista, mesmo período, compreendeu 108 jornais, sendo um diário e de circulação nacional e quatro revistas, duas delas de circulação nacional, além de possuir uma organização central que mantinha certa unidade de publicação, a *Sigma Jornaes Reunidos*. Utilizamos a imprensa operária, pois explicitava sua vinculação ideológica além de ser publicado em vários municípios, mesmo que não tivesse uma coordenação central. Outra característica que distingue a imprensa operária da integralista, é a sua abrangência, enquanto a operária atingia apenas os centros urbanos, a integralista atingia tanto os centros urbanos como os rurais. Os dados sobre a imprensa operária foram retirados de: FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1988, p. 80.

²⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1999.

periódicos integralistas. Maria Helena Capelato em seu estudo “Os arautos do liberalismo”²⁷ sobre a imprensa liberal paulista, também não menciona os integralistas (mesmo que São Paulo seja a matriz do pensamento integralista) – embora nos jornais da AIB tenhamos encontrado um interessante debate em que existem muitas críticas à imprensa liberal paulista e aos *Diários Associados*.

3. A Imprensa integralista

A AIB já foi objeto de estudo de uma série de pesquisas na área das Ciências Humanas desde a década de 1970. Dentre todos esses trabalhos é muito difícil encontrar um que não utilize a imprensa – ou melhor, a palavra impressa (jornais, revistas, livros, folhetos, etc.) – como uma de suas fontes de pesquisa. Desses trabalhos, porém, apenas um teve preocupação em sistematizar a estrutura de imprensa desenvolvida pelo movimento integralista em seu curto período de existência legal. Nos referimos à tese de doutoramento de Rosa Cavalari. Embora não seja um trabalho restrito à imprensa, apresenta um capítulo específico sobre o assunto (Capítulo 2 – “O impresso integralista: o jornal e o livro”). Segundo a autora:

A palavra impressa, isto é, o livro e o jornal, ocupava um lugar de destaque na rede constituída pela A.I.B. Era, principalmente por seu intermédio que a doutrina integralista chegava ao militante. O livro veiculava as idéias produzidas pelos teóricos do partido e o jornal as popularizava. A doutrina mantinha-se viva para o integralista graças a sua materialização através do jornal. O jornal desempenhava, assim, a função de atualização e popularização do “corpus teórico” integralista junto aos militantes.²⁸

De forma geral concordamos com esse ponto de vista. Acreditamos que o objetivo dessas fontes era o de discussão teórica (livros e revistas teóricas) e doutrinação (jornais, revistas de informação geral e livros doutrinários). Contudo não podemos estabelecer uma ligação direta entre a produção teórica e a sua reprodução nos jornais. Pelo menos essa não é uma regra geral.

²⁷ CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

²⁸ CAVALARI, op. cit., p. 79.

Também não podemos deixar de registrar que a autora generalizou a utilização do jornal e do livro e, ao mesmo tempo, negligenciou a utilização das revistas integralistas na difusão tanto da “teoria” quanto da “ideologia” integralista. Havia, por exemplo, livros destinados ao militante de base, em que a teoria era apresentada de forma simples e bastante acessível, como é o caso das obras *O que é integralismo*, de Plínio Salgado²⁹, *O que o integralista deve saber* de Gustavo Barroso³⁰ e *Palavras aos integralistas* de Miguel Reale.³¹

As revistas integralistas, por sua vez, podiam ter dupla função: veicular as diretrizes dos teóricos e também popularizar o ideário integralista. Como exemplo desses periódicos citamos as revistas *Panorama*, que era voltada à elite do movimento, e *Anauê!*, que era voltada para o grande público.

A Offensiva [jornal] e a revista Anauê! são hoje as maiores e mais eficazes veículos de propaganda do Sigma. Cumpre tornar também a revista Panorama tão conhecida como a sua irmã Anauê!, dirigida pelo grande Reale, é uma revista de alta cultura, que reflete admiravelmente o Pensamento Novo. Escola de estadistas, Panorama é uma publicação que não pode ser desconhecida pelos que estudam e se interessam pelos problemas da Pátria.³²

Assim não apenas os livros e os jornais eram os mecanismos impressos de difusão ideológica, como também as revistas – e ainda poderíamos citar folhetos e panfletos, pois devido ao seu baixo custo de produção, eram produzidos em grande quantidade e distribuídos nos núcleos.³³

Nos deteremos mais na análise feita por Rosa Cavalari referente aos jornais produzidos pelo movimento. Para a autora o jornal tinha como objetivo transmitir a doutrina do movimento de forma uniforme. Assim “os jornais do interior, aqueles que chegavam até o militante mais distante, eram organizados de modo a reproduzir os jornais

²⁹ Rio de Janeiro: Star, 1933.

³⁰ Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

³¹ Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.

³² Revista *Anauê!* nº 8, ano I, p. 24.

³³ Em seu depoimento Breno Thomé, ex-militante integralista e professor em um núcleo distrital afirmava que utilizava material do movimento para alfabetizar os colonos, sendo estes principalmente folhetos e panfletos. Ver: FLACH, Ângela; MILKE, Daniel Roberto; OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Depoimento de Breno Alberto Thomé*. Porto Alegre: Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular, 2002, p. 22.

maiores, editados nos grandes centros onde se concentrava a elite dirigente do Movimento. No caso São Paulo e Rio de Janeiro”.³⁴

Os jornais do interior, devido ao fato de terem a função de “reproduzir” os jornais dos grandes centros, não apresentariam informações locais, afora colunas sociais. E então não se conseguiria diferenciar um jornal do nordeste de um do sul do Brasil.

A partir da leitura de vários títulos de jornais integralistas, divergimos de alguns pontos dessas informações. Os jornais do interior não apresentavam uma mera reprodução dos jornais dos grandes centros. Embora reproduzissem a ideologia integralista, esta se dava a partir da leitura feita por esses militantes locais (pela escolha subjetiva desses indivíduos). A maior parte das matérias assinadas que encontramos em nossas pesquisas era de membros dos núcleos que produziam os jornais, e quando reproduziam uma matéria de outro jornal, apresentavam a citação. A exceção a essa regra se dá quando apresentam trechos de obras dos intelectuais do movimento – principalmente Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso –, mesmo assim, raramente encontramos textos desses autores reproduzidos em mais de um jornal, o que nos leva a crer que a seleção das citações era feita pela direção do jornal (e essa também seria feita a partir de uma escolha subjetiva).

Outro ponto em que divergimos da autora se localiza na afirmação de os jornais do interior não apresentarem informações locais. Nas fontes que pesquisamos para nossa dissertação de mestrado, as questões locais influenciam nas edições. Como por exemplo, nos jornais do Rio Grande do Sul, *A Voz do Sygma* de Bagé e *O Bandeirante* de Caxias do Sul exploram amplamente o episódio da repressão policial a uma atividade do movimento em São Sebastião do Caí, que acarretou a morte de um “camisa-verde”. Ou ainda o apelo ao operário nas matérias do jornal *O Bandeirante*, que não aparece no jornal *A Voz do Sygma*. Já no jornal *A Razão* de Curitiba no Paraná, explora amplamente o fato da repressão ao integralismo no Estado de Santa Catarina, enquanto jornais de São Paulo, do Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo pouco mencionam a respeito. Dentro da mesma lógica, poderíamos citar vários exemplos.

Para Rosa Cavallari, havia dois objetivos para a imprensa integralista, o primeiro seria a doutrinação e o segundo seria a doutrina ser transmitida de forma uniforme.³⁵

³⁴ CAVALARI, op. cit., p. 79.

³⁵ Ibid., p. 82.

Concordamos com o fato dos jornais terem a função doutrinária, mas no segundo ponto, referente à doutrina ser transmitida uniformemente, já apresentamos dados que vão de encontro a esse ponto de vista. Além disso, há um outro fato que, ao nosso ver, vai contra tal afirmação, o da doutrina integralista não possuir uma unidade ideológica teórica plenamente definida. Embora houvesse pontos de convergência entre os principais intelectuais do movimento, havia pontos em que divergiam. Por exemplo, o anti-semitismo, que encontrava em Gustavo Barroso sua maior expressão, não possuía grande destaque na obra de Miguel Reale e de Plínio Salgado. Assim como a questão teórica do Estado Corporativo presente em Miguel Reale não aparecer com tanta frequência em Salgado e Barroso, e assim por diante. Além disso, acreditamos que havia ainda um terceiro objetivo na imprensa integralista, que é o de difusão ideológica. Ou seja, não era apenas para doutrinar o militante que servia essa estrutura de imprensa, também servia para expandir a influência do movimento na sociedade, atraindo assim mais militantes e simpatizantes.

Para a autora, ainda havia uma uniformidade, um padrão rígido, um *sentido único*:

O sentido único das publicações integralistas pode ser entendido como sendo dotado de uma dupla natureza: único no sentido de veicular as mesmas idéias, mas único também no sentido de obedecer à mesma forma de diagramação, aos mesmos dispositivos tipográficos. Havia, portanto, uma padronização da imprensa integralista tanto com relação ao conteúdo que veiculava, quanto com relação à forma que era dada a ler.³⁶

Com o objetivo de manter esse *sentido único*, os integralistas criaram uma série de mecanismos. Segundo a autora um deles era a *Sigma Jornais Reunidos*³⁷, que de acordo com os dados oficiais (integralistas) era um grande consórcio jornalístico que abarcava mais de oitenta e oito jornais. Contudo precisamos fazer uma análise desses oitenta e oito jornais (baseado na amostragem que possuímos). A maioria dos jornais era mantida pelos núcleos municipais e provinciais (estaduais), que possuíam poucos recursos, e em sua maioria duravam um curto período (provavelmente porque faltava capital para sustentar os custos de produção), fechavam e depois surgia outro em seu lugar. Por exemplo, em Porto Alegre três jornais se sucederam entre 1934 e 1937: *O Integralista* (1934-35), *A Lucta* (1935-36) e *Revolução* (1936-37). Por isso, o *grande consórcio* deve ser relativizado,

³⁶ Ibid., p. 83.

³⁷ A propaganda da Sigma Jornais Reunidos foi retirada do jornal *A Razão* de Curitiba. (n° 24, 17/10/1935, p. 5).

porque não era uma empresa que mantinha uma organização central como os *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Outro mecanismo utilizado para manter o *sentido único* era a Secretaria Nacional de Imprensa, que possuía poder de censura diante dos jornais, mesmo assim acreditamos que fosse difícil manter um controle muito rígido sobre os jornais dos locais mais distantes do país, principalmente pelas dificuldades de comunicação da época. Além disso, para fazer uma censura e padronizar rigidamente todos os periódicos do movimento iria requerer uma estrutura que a Ação Integralista Brasileira não possuía, embora procurassem sempre apresentar o movimento como um “organismo perfeito”.

Concordamos com a autora na afirmação de haver uma padronização de diagramação da imprensa integralista. Mas também esse padrão não é totalmente rígido, se compararmos os jornais de diferentes regiões do país – e às vezes de um mesmo Estado – podemos notar peculiaridades em cada jornal, que variavam desde pequenas diferenças gráficas, até as seções internas.

Em resumo, a imprensa integralista acima de tudo era *militante*, tinha objetivos tanto doutrinários, ou seja, de doutrinação ideológica do militante de base, quanto também de difusão ideológica, no caso, voltada à expansão da ideologia integralista na sociedade. Esse fato se explica pela estrutura dos jornais serem destinados a um público mais amplo, não ficando restrito aos integralistas. Nos jornais encontraremos seções de cultura, esporte e lazer, cinema, colunas sociais, etc.

A doutrina é transmitida ao militante através do jornal (e da revista), mas não é uma simples transposição da ideologia criada pelos teóricos. Ela é reestruturada para tornar-se mais “palpável”, ela é adaptável e maleável aos interesses do movimento. Ao mesmo tempo, ela já chega “digerida” ao militante, ela não permite a reflexão. Os textos publicados nos jornais não apontam para o diálogo e sim para a aceitação. O que está publicado deve ser considerado verdade absoluta. Não encontramos nos jornais pesquisados, seções de cartas dos leitores, por exemplo. Não há discussão.

4. Apontamentos finais

Quando falamos em “imprensa integralista” automaticamente estamos nos referindo a uma imprensa que tinha objetivos políticos bem definidos, como apregoava Plínio Salgado, “a imprensa forma e não informa”. Dessa forma, tanto os jornais, os livros e as revistas tinham objetivos que extrapolavam uma simples leitura informativa. Era por intermédio desses instrumentos que a ideologia integralista chegava a todas as regiões do país onde houvesse núcleos do movimento. Por seu intermédio os elementos doutrinários chegavam aos locais mais longínquos com certa uniformidade, mesmo que as questões locais estivessem presentes – por sua vez, muitas vezes essas diferenças regionais eram apresentadas como sincronicamente convergentes ao integralismo.

Através dessa imprensa que a ideologia era transmitida, assim como a identidade do movimento era definida. Um exemplo disso é o fato da figura de Plínio Salgado ser reconhecida em todas as regiões do país como o líder máximo do integralismo, o “Chefe Nacional”, pois todos os exemplares de jornais o apresentavam como tal, tanto a sua imagem como as suas palavras eram constantemente reproduzidas. Da mesma forma, os inimigos declarados do movimento eram combatidos e utilizados como exemplos a não serem seguidos pelos camisas-verdes em uma espécie de definição de identidade política e social.

Em resumo, a imprensa do movimento era o elemento que servia para criar uma espécie de elo de unificação e coesão interna no movimento integralista. Mesmo que na prática não existisse, devido a uma série de problemas, ao militante, através dessa “estrutura de imprensa”, era passada uma imagem de perfeita coesão entre união social, organização política e defesa de valores éticos, morais e religiosos.